



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Concurso Público para Provimento de Cargos de

Analista Judiciário – Especialidade Execução de Mandados

P R O V A
Português
Conhecimentos Específicos

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Um sonho de simplicidade

Então, de repente, no meio dessa desarrumação feroz da vida urbana, dá na gente um sonho de simplicidade. Será um sonho vão? Detenho-me um instante, entre duas providências a tomar, para me fazer essa pergunta. Por que fumar tantos cigarros? Eles não me dão prazer algum; apenas me fazem falta. São uma necessidade que inventei. Por que beber uísque, por que procurar a voz de mulher na penumbra ou os amigos no bar para dizer coisas vãs, brilhar um pouco, saber intrigas?

Uma vez, entrando numa loja para comprar uma gravata, tive de repente um ataque de pudor, me surpreendendo assim, a escolher um pano colorido para amarrar ao pescoço.

Mas, para instaurar uma vida mais simples e sábia, seria preciso ganhar a vida de outro jeito, não assim, nesse comércio de pequenas pilhas de palavras, esse ofício absurdo e vão de dizer coisas, dizer coisas... Seria preciso fazer algo de sólido e de singelo; tirar areia do rio, cortar lenha, lavrar a terra, algo de útil e concreto, que me fatigasse o corpo, mas deixasse a alma sossegada e limpa.

Todo mundo, com certeza, tem de repente um sonho assim. É apenas um instante. O telefone toca. Um momento! Tiramos um lápis do bolso para tomar nota de um nome, de um número... Para que tomar nota? Não precisamos tomar nota de nada, precisamos apenas viver – sem nome, nem número, fortes, doces, distraídos, bons, como os bois, as mangueiras e o ribeirão.

(Rubem Braga, 200 crônicas escolhidas)

1. Em seu sonho de simplicidade, o cronista Rubem Braga idealiza sobretudo

- (A) uma depuração maior no seu estilo de escrever, marcado por excessivo refinamento.
- (B) as pequenas necessidades da rotina, que cada um de nós cria inconscientemente.
- (C) uma relação mais direta e vital do homem com os demais elementos da natureza.
- (D) o aperfeiçoamento do espírito, por meio de reflexões constantes e disciplinadas.
- (E) a paixão ingênua que pode nascer com a voz de uma mulher na penumbra.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. O cronista condiciona a conquista de uma vida mais simples à possibilidade de viver sem precisar produzir nada, sem executar qualquer tipo de trabalho, afora o da pura imaginação.
- II. Alimentar um tal um sonho de simplicidade é, na perspectiva do cronista, uma característica exclusiva dos escritores que não mantêm relações mais concretas com o mundo.
- III. Cigarros, gravatas e telefones são elementos utilizados pelo cronista para melhor concretizar o mundo que representa uma antítese ao seu sonho de simplicidade.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Na frase

Mas, para instaurar uma vida mais simples e sábia, seria preciso ganhar a vida de outro jeito, não assim, nesse comércio de pequenas pilhas de palavras, esse ofício absurdo e vão de dizer coisas, dizer coisas...

o cronista

- (A) ressalta, com a repetição de *dizer coisas*, a importância de seu trabalho de escritor, pelo qual revela aos outros as verdades mais profundas.
- (B) justifica com a expressão *comércio de pequenas pilhas de palavras* a visão depreciativa que tem de seu próprio ofício.
- (C) apresenta como consequência de *instaurar uma vida mais simples e sábia* o fato de *ganhar a vida de outro jeito*.
- (D) utiliza a expressão *não assim* para apontar uma restrição à vida que seria preciso ganhar de outro jeito.
- (E) se vale da expressão *ofício absurdo e vão* para menosprezar o trabalho dos escritores que se recusam a profissionalizar-se.

4. Está correta a grafia de todas as palavras na frase:

- (A) O sonho do cronista parece estravagante, mas há que se reconhecer nele a beleza de uma vida a ser levada com muito mais distenção.
- (B) Quem vive de forma mais displiscente não é o homem distraído das obrigações, mas aquele que atribue importância exclusiva aos negócios e à rotina urbana.
- (C) Um telefone corta abruptamente nossa evazão imaginária, e anotamos nomes e números, na sugestão aos velhos hábitos e compromissos.
- (D) Se uma vida mais natural nos restitui a extinta simplicidade, que empecilhos tão fortes nos impedem de desfrutá-la?
- (E) A singeleza de uma vida natural exclue, é obvio, aqueles valores supérfluos que encorporamos sem nunca os analisar.

<p>5. As normas de concordância verbal estão inteiramente respeitadas SOMENTE na frase:</p> <p>(A) Quando se fatigam os corpos, as almas restam mais sossegadas e limpas.</p> <p>(B) O que aflige o autor é os compromissos e os ofícios vãos, com os quais se envolvem permanentemente.</p> <p>(C) Não dura senão um rápido instante os vislumbres de uma vida mais simples.</p> <p>(D) Todas as coisas que se sonha nascem de carências reais.</p> <p>(E) Se houvessem mais coisas simples em nossa vida, não sonharíamos tanto com elas.</p>	<p>9. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Deu-lhe um sonho de simplicidade em face dessas desarrumações na vida, que aliás acomete a qualquer um, nestes tempos modernos de hoje que atravessamos.</p> <p>(B) O cronista demonstra, talvez, excesso de rigor, quando considera seu ofício não mais que uma banal operação, com a qual amontoa pequenas pilhas de palavras inúteis.</p> <p>(C) Se estamos emersos num sonho e o telefone toca, saímos deste e perdemos toda a continuidade do devaneio que vale mais à pena do que viver assim mecanicamente.</p> <p>(D) A verdade é que nem mesmo certo prazer é mais obtido pelo cigarro, cujo vício alimentamos sem pensar, assim como ocorrem em outros fatos da vida.</p> <p>(E) Apenas viver simplesmente torna-se um sonho em nosso tempo, onde a rotina nos faz mergulharmos em inúteis atividades que nem paramos para pensar nelas.</p>
<p>6. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>Eles não me dão prazer algum</i>, resultará a forma verbal</p> <p>(A) têm dado.</p> <p>(B) é dado.</p> <p>(C) tem sido dado.</p> <p>(D) teriam dado.</p> <p>(E) foi dado.</p>	
<p>7. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:</p> <p>(A) Se todos se detessem mais do que um instante, um sonho seria mais que um sonho.</p> <p>(B) Como nunca te conviu sonhar, deduzo que sejas feliz.</p> <p>(C) O cronista provê de sonhos sua vida, ainda que sejam fugazes.</p> <p>(D) De onde proviram as gravatas, que se ostentam tão vaidosamente?</p> <p>(E) Ah, se retêssemos por mais tempo os sonhos que valham a pena sonhar...</p>	<p>10. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:</p> <p>(A) Tive, sim um ataque de pudor, quando olhando-me com a gravata, tomei consciência de que pretendia ficar elegante com um pano colorido que mecanicamente, amarrara ao pescoço.</p> <p>(B) Tive sim um ataque de pudor quando, olhando-me com a gravata tomei consciência, de que pretendia ficar elegante com um pano colorido, que mecanicamente amarrara, ao pescoço.</p> <p>(C) Tive, sim, um ataque de pudor quando olhando-me, com a gravata, tomei consciência, de que pretendia ficar elegante com um pano, colorido, que mecanicamente amarrara ao pescoço.</p> <p>(D) Tive, sim, um ataque de pudor; quando olhando-me com a gravata, tomei consciência de que pretendia ficar elegante: com um pano colorido que, mecanicamente, amarrara ao pescoço.</p> <p>(E) Tive, sim, um ataque de pudor quando, olhando-me com a gravata, tomei consciência de que pretendia ficar elegante com um pano colorido que, mecanicamente, amarrara ao pescoço.</p>
<p>8. Está correto o emprego da expressão sublinhada na frase:</p> <p>(A) Tirar areia do rio e cortar lenha são atividades <u>a que</u> o cronista se entregaria com amor.</p> <p>(B) Ele julga ridícula a tira de pano colorido <u>do qual</u> se pretende ficar elegante.</p> <p>(C) A pessoa <u>cujo o</u> nome anotamos, significará de fato algo para nós?</p> <p>(D) O ribeirão e o boi, <u>aos quais</u> o cronista deseja pactuar, são exemplos de simplicidade.</p> <p>(E) <u>Com que</u> providências haveremos de tomar, para mudar nossa vida?</p>	

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue.

Práticas e convenções

Os direitos e deveres estabelecem-se primeiro na prática, depois por convenção. O senso do que é justo, do que é socialmente desejável, mesmo do que é moral, firma-se em valores culturais, cujo acatamento coletivo muitas vezes demanda as prescrições de um código. Ocorre que a legitimidade desse código pode vir a se tornar mera e vazia convenção, quando seus postulados já não refletem a evolução dos fatos da cultura. As revisões dos dispositivos da lei fazem-se, por vezes, com tal atraso, que apenas retiram de um texto caduco aquilo que as pessoas há muito removeram de suas práticas sociais.

As recentes alterações no Código Civil brasileiro, elogiáveis em tantos aspectos, estão longe de representar algum avanço mais profundo, refletindo, apenas hoje, valores que, na prática social, firmaram-se há décadas. No que diz respeito ao papel da mulher na modernidade, essas alterações não fazem mais que formalizar (quase diria: envergonhadamente) direitos conquistados ao longo das lutas feministas, desde que a mulher tomou para si a tarefa que lhe cabia: demarcar com clareza e soberania o território de sua atuação, território que há muito é seu, não por convenção, mas pela ação cotidiana que se fez histórica.

(Diógenes Torquato, inédito)

11. Segundo o texto, as práticas sociais e o estabelecimento dos textos legais

- (A) ocorrem simultaneamente, com influências recíprocas.
- (B) constituem, respectivamente, o plano das convenções e o plano da vida cultural.
- (C) ocorrem simultaneamente, sem influência de um em outro.
- (D) constituem, respectivamente, o plano da vida cultural e o plano das convenções.
- (E) constituem, respectivamente, o plano dos valores ideais e o plano dos valores históricos.

12. Considere as seguintes afirmações:

- I. As recentes alterações no Código Civil brasileiro, no que diz respeito ao papel da mulher na sociedade moderna, revelam-se anacrônicas, ignorando direitos há muito firmados na prática.
- II. As lutas feministas constituem um claro exemplo de que, antes de se sistematizarem num texto legal, os valores e os direitos se afirmam na prática das ações sociais.
- III. A legitimidade de um código legal depende de que este se apresente sem nenhum defeito formal, constituindo-se plenamente numa clara convenção.

Em relação ao texto está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

13. Para preencher de modo correto a lacuna da frase, o verbo indicado entre parênteses deverá adotar uma forma do plural em:

- (A) As normas que num código legal se (**estipular**) devem acompanhar a prática das ações sociais.
- (B) As recentes alterações que (**haver**) no Código Civil brasileiro são elogiáveis em muitos aspectos.
- (C) Não nos (**dizer**) respeito definir o que é ou não é legítimo, se não distinguimos entre o que é e o que não é um fato social.
- (D) Se dos postulados dos códigos (**nascer**) todo direito, a justiça humana seria uma simples convenção.
- (E) Ao longo das lutas feministas tanta coisa se (**conquistar**) que muitos dispositivos legais se tornaram imediatamente obsoletos.

14. Os tempos verbais estão adequadamente articulados na frase:

- (A) As mulheres muito lutariam para que possam ter seus direitos respeitados.
- (B) Esses valores se instituíram na prática, e só muito depois houveram sido formalizados.
- (C) Firma-se o senso do que é justo à proporção que passassem os anos.
- (D) São de se elogiar as alterações apresentadas pelo Código que recentemente se lançou.
- (E) Coube às mulheres lutar para que sejam reconhecidos os direitos que lhes negássemos.

<p>15. A expressão de cujo preenche corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) É um processo de luta sucesso muitas se empenham.</p> <p>(B) As novidades do novo Código Civil, muito se falou, são um tanto tímidas.</p> <p>(C) As lutas feministas, sucesso ninguém mais duvida, travaram-se ao longo de muitas décadas.</p> <p>(D) A grande tarefa do legislador, esforço devemos reconhecer, é acompanhar a evolução dos fatos da cultura.</p> <p>(E) As práticas sociais, valor nenhum outro deveria se sobrepor, são por vezes ignoradas.</p>	<p>18. Está inteiramente clara e correta a redação da frase:</p> <p>(A) É na constância da prática que os valores culturais se retificam, confirmando-se assim como valores onde sua legitimidade torna-se indiscutível.</p> <p>(B) Embora elogiáveis sobre muitos aspectos, as alterações do novo código não obtiveram mais do que buscar acompanhar fatos há muito consolidados.</p> <p>(C) O autor do texto ao tratar de práticas e convenções está referindo às ações nas quais cujos seus valores nem sempre são imediatamente acompanhados pela legislação vigorosa.</p> <p>(D) A demarcação de um campo de direitos não prescinde de muita luta, tal como pode observar quem venha acompanhando o processo das batalhas feministas.</p> <p>(E) Não obstante haja quem o discorde, muitos acreditam que o que é justo decorre do texto legal, não se passando o mesmo com a prática das ações.</p>
<p>16. Considere os seguintes casos:</p> <p>I. Os homens, que ignoram os direitos da mulher, passarão a acatá-los. Os homens que ignoram os direitos da mulher passarão a acatá-los.</p> <p>II. Somente, agora o Código Civil brasileiro incorporou as mudanças ocorridas. Somente agora o Código Civil brasileiro incorporou as mudanças ocorridas.</p> <p>III. O valor de um código, estabelecido por convenção, deve ser comprovado na prática. O valor de um código estabelecido por convenção deve ser comprovado na prática.</p> <p>A alteração na pontuação provoca alteração de sentido em</p> <p>(A) I, somente.</p> <p>(B) I e II, somente.</p> <p>(C) I e III, somente.</p> <p>(D) II e III, somente.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	<p>19. É preciso corrigir a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Li o novo código e, no fundamental, nada tenho a lhe opor.</p> <p>(B) É louvável, reconheça-se, a coragem com que as feministas pioneiras se lançaram à luta.</p> <p>(C) Os povos primitivos orientam-se por uma tradição de valores mais precisos e mais permanentes que os nossos.</p> <p>(D) Há sempre quem discuta as leis; mais difícil é haver quem discuta os valores já estabelecidos na prática social.</p> <p>(E) Se contra fatos não há argumentos, esta é uma afirmação autoritária, na qual não se deve recorrer.</p>
<p>17. A única frase corretamente construída é:</p> <p>(A) Espero que Vossa Excelência aprecie o novo código.</p> <p>(B) Se o senhor preferir, aguardarei que termine a leitura integral do código.</p> <p>(C) Se passares os olhos pela nova redação, poderá ver que são pequenas as alterações.</p> <p>(D) Conserva contigo esse exemplar do novo código; não vá perdê-lo, por favor.</p> <p>(E) Se Vossa Senhoria não fizer objeção, levo-lhe ainda hoje a nova redação do código.</p>	<p>20. A necessidade ou não do sinal de crase está inteiramente observada na frase:</p> <p>(A) Deve-se à luta das feministas o respeito aos direitos que cabem também às outras parcelas de injustiçados que integram a nossa sociedade.</p> <p>(B) Encontra-se a disposição dos interessados a nova edição do Código Civil, à qual, aliás, já se fizeram objeções à torto e à direito.</p> <p>(C) À vista do que dispõe o novo código, não caberá à ninguém a condição "natural" de cabeça de casal, à qual, até então, se reservava para o homem.</p> <p>(D) Pode ser que à curto prazo o novo código esteja obsoleto em vários pontos, à exemplo do que ocorreu com o antigo.</p> <p>(E) Não se impute à uma mulher a culpa de não ter lutado por seus direitos; todas as pressões sociais sempre a conduziram àquela "virtuosa" resignação.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A respeito dos processos de competência originária no Tribunal Regional Federal, é de se observar que
- (A) os processos de mandato de segurança terão prioridade sobre os demais, salvo *habeas corpus*.
 - (B) os processos de mandado de segurança terão prioridade sobre os demais, apenas quando houver pedido de liminar.
 - (C) em se tratando de ação rescisória e quando houver delegação de competência a juiz de primeiro grau, será ela comunicada à autoridade delegada mediante ofício expedido pelo presidente do Tribunal e entregue por oficial de justiça.
 - (D) nos crimes de ação penal originária, o prazo para o oferecimento de denúncia será de dez dias, estando o réu preso, e de quinze, se estiver solto.
 - (E) da decisão que indeferir a revisão criminal cabe recurso em sentido estrito.

22. A respeito dos recursos no Tribunal Regional Federal é correto afirmar que
- (A) o prazo para a manifestação do Ministério Público Federal, no recurso em sentido estrito, é de dez dias.
 - (B) o órgão julgador poderá decidir desde logo o mérito da carta testemunhável se, dela tomando conhecimento, estiver suficientemente instruída.
 - (C) apenas o recurso da decisão que denegar o *habeas corpus* será interposto nos próprios autos.
 - (D) em se tratando de recurso em matéria trabalhista, o prazo para o Ministério Público Federal emitir parecer e para o relator pedir dia para julgamento é de dez dias.
 - (E) as apelações em *habeas corpus* e mandado de injunção serão processadas e julgadas segundo as normas estabelecidas para as apelações, respectivamente, em *habeas corpus* e em mandado de segurança.

23. Considere as seguintes afirmações:
- I. Não cabem embargos infringentes em apelação e remessa oficial em mandado de segurança, mandado de injunção e *habeas data*.
 - II. Cabem embargos infringentes em feitos de qualquer natureza julgados pelo Tribunal.
 - III. Compete ao vice-presidente do Tribunal, antes da distribuição, apreciar a admissibilidade dos recursos.
 - IV. O agravo de instrumento deve ser instruído apenas com as peças obrigatórias.
- Delas, SOMENTE
- (A) I está correta.
 - (B) II está correta.
 - (C) I e IV estão corretas.
 - (D) II e III estão corretas.
 - (E) III e IV estão corretas.

24. O prazo de validade do concurso para provimento do cargo de juiz federal substituto será de
- (A) um ano, improrrogável.
 - (B) um ano, prorrogável por igual período.
 - (C) dois anos, improrrogável.
 - (D) dois anos, prorrogável por igual período.
 - (E) dois anos, prorrogável por mais um ano.

25. Quanto às Comissões existentes no Tribunal Regional Federal é de se observar que
- (A) a designação de juízes que devem integrar as comissões de Regimento, de Jurisprudência e Temporárias é irrecusável.
 - (B) as Permanentes são compostas, necessariamente, do vice-presidente do Tribunal, de três membros efetivos e dois suplentes.
 - (C) só o Plenário pode criar as Temporárias com qualquer número de membros.
 - (D) as sugestões ao Tribunal sobre normas de serviços relativos à sua competência é atribuição exclusiva das Permanentes.
 - (E) três são as Permanentes: a de Regimento e de Jurisprudência, cada uma com três membros efetivos e um suplente, e a de Promoção, composta pelo corregedor-geral e pelos juízes presidentes das Turmas.

26. A administração pública pode ser efetivada, imediatamente pela União, através de seus próprios órgãos. Pode, também, ser realizada mediatamente por meio de entes (personalizados) a ela vinculados. Nesses dois casos, estamos nos referindo, quanto ao aspecto funcional ou operacional, respectivamente, à administração
- (A) indireta e direta.
 - (B) direta e indireta.
 - (C) contratada e direta.
 - (D) indireta e terceirizada.
 - (E) terceirizada e contratada.

27. Diz-se que os órgãos públicos autônomos são aqueles
- (A) que têm origem na Constituição, colocados no ápice da pirâmide organizacional, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, com ampla capacidade administrativa, financeira e política.
 - (B) de direção, controle, decisão e comando em assuntos da respectiva competência, tendo funções técnicas e de planejamento na área de suas correspondentes atribuições, com capacidade política e administrativa.
 - (C) situados no alto da estrutura organizacional da Administração Pública logo abaixo dos independentes e a estes subordinados, tendo ampla capacidade administrativa, financeira e técnica.
 - (D) dotados de um único centro de competências ou atribuições ou aqueles integrados por outros órgãos públicos, no qual estão embutidos outros órgãos menores, todos com capacidade administrativa e estrutural.
 - (E) que decidem e agem pela manifestação de um só agente público, que é seu titular ou que decidem e agem pela manifestação de vontade da maioria de seus membros, todos com capacidade administrativa e técnica.

28. A qualidade do ato administrativo que impele o destinatário à obediência das obrigações por ele impostas, sem necessidade de qualquer apoio judicial, refere-se ao atributo da
- (A) tipicidade.
 - (B) auto-executoriedade.
 - (C) imperatividade.
 - (D) exigibilidade.
 - (E) razoabilidade.

<p>29. Em relação ao controle da Administração Pública, observe o que se segue:</p> <p>I. O Congresso Nacional tem a prerrogativa de sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.</p> <p>II. O <i>habeas data</i>, a reclamação administrativa e o pedido de reconsideração são meios de controle administrativo.</p> <p>III. O ato político, legislativo e <i>interna corporis</i>, pela sua própria natureza está sujeito ao controle comum do Judiciário.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I (B) II (C) III (D) I e II (E) I e III</p>	<p>33. A presidiária deu à luz um menino. Nesse caso, segundo o sistema constitucional brasileiro, ela terá</p> <p>(A) asseguradas as condições para permanecer com seu filho durante o período de amamentação.</p> <p>(B) direito a prisão domiciliar até o fim do período de amamentação.</p> <p>(C) direito a amamentar o filho, somente na hipótese de grave risco à saúde da criança, devidamente comprovado pelos órgãos estatais de proteção à infância.</p> <p>(D) o direito de permanecer com seu filho menor enquanto durar o cumprimento da pena.</p> <p>(E) direito a amamentar o filho, apenas nos dias reservados às visitas.</p>
<p>30. Considerando o cargo público, é INCORRETO afirmar que sua posse</p> <p>(A) poderá dar-se mediante procuração específica.</p> <p>(B) só ocorrerá nos casos em que o provimento for por nomeação.</p> <p>(C) depende de prévia inspeção médica para o cargo efetivo, dispensada esta para o cargo em comissão.</p> <p>(D) terá seu prazo também contado do término da licença para capacitação.</p> <p>(E) ocorrerá, de regra, no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.</p>	<p>34. Dentre os direitos sociais constitucionais, está</p> <p>(A) a participação nos lucros, ou resultados, sempre vinculada à remuneração.</p> <p>(B) a irredutibilidade do salário, que jamais pode ser afastada.</p> <p>(C) o piso salarial, que deve ser proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.</p> <p>(D) o repouso semanal remunerado, sempre aos domingos.</p> <p>(E) a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta semanais.</p>
<p>31. Dentre outras proibições impostas aos servidor público, observa-se que não poderá, em nenhuma hipótese,</p> <p>(A) opor resistência ao andamento de processo.</p> <p>(B) receber propina, presente ou vantagem de qualquer espécie.</p> <p>(C) exercer o comércio.</p> <p>(D) cometer a outro servidor atribuição estranha ao cargo que ocupa.</p> <p>(E) manter sob sua chefia imediata em função de confiança o parente até o segundo grau civil.</p>	<p>35. Os servidores nomeados para cargos de provimento efetivo em virtude de concurso público adquirem estabilidade após o efetivo exercício de</p> <p>(A) dois anos, mas podem perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.</p> <p>(B) dois anos, mas podem perder o cargo mediante processo administrativo em que lhes seja assegurada ampla defesa.</p> <p>(C) três anos, mas só podem perder o cargo mediante sentença judicial transitada em julgado.</p> <p>(D) três anos, mas podem perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, a critério da autoridade administrativa.</p> <p>(E) três anos, mas podem perder o cargo mediante processo administrativo em que lhes seja assegurada ampla defesa.</p>
<p>32. Na revisão do processo administrativo disciplinar, diz-se que</p> <p>(A) o ônus da prova cabe ao Poder Público competente.</p> <p>(B) não constitui fundamento do pedido a simples alegação de injustiça da penalidade.</p> <p>(C) o pedido, que sempre depende de caução, correrá em autos apartados do processo originário.</p> <p>(D) o pedido pode ser feito pelo respectivo tutor, se o requerente estiver mentalmente insano.</p> <p>(E) poderá resultar no agravamento da penalidade, desde que justificado pelo surgimento de fato novo.</p>	<p>36. Quanto aos órgãos do Poder Judiciário, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) cinco, dos quinze Ministros do Superior Tribunal Militar, são escolhidos dentre civis.</p> <p>(B) as Juntas Eleitorais são órgãos da Justiça Eleitoral.</p> <p>(C) nas Varas do Trabalho, a jurisdição é exercida por um juiz singular.</p> <p>(D) o Tribunal de Contas da União julga, originariamente, os litígios relacionados ao cumprimento do orçamento pelos órgãos da Administração.</p> <p>(E) a competência do Tribunal Superior do Trabalho deve ser disposta em lei.</p>

<p>37. O Juiz estadual, no exercício da competência federal da área de sua jurisdição, decidiu uma questão. Não se conformando, uma das partes recorreu. Esse recurso será julgado pelo</p> <p>(A) Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) Tribunal de Justiça respectivo.</p> <p>(C) Tribunal Regional Federal respectivo.</p> <p>(D) Órgão Especial do Tribunal de Justiça respectivo.</p> <p>(E) Órgão Especial do Tribunal Regional Federal respectivo.</p>	<p>41. No chamado usucapião ordinário, o domínio do imóvel será conferido ao possuidor que, por</p> <p>(A) 15 anos entre ausentes, possuir o imóvel como seu, contínua e pacificamente, com justo título e boa-fé.</p> <p>(B) 15 anos entre presentes, possuir imóvel como seu, contínua e pacificamente, independentemente de justo título e boa-fé.</p> <p>(C) 10 anos entre ausentes, possuir o imóvel como seu, contínua e pacificamente, com justo título e boa-fé.</p> <p>(D) 10 anos entre presentes, computando-se os períodos de interrupção ou suspensão, independentemente de justo título e boa-fé.</p> <p>(E) 05 anos entre presentes, possuir o imóvel urbano em que reside com a sua família, com boa-fé, independentemente de título.</p>
<p>38. A vitaliciedade, uma das garantias dos magistrados, é adquirida, no primeiro grau, após</p> <p>(A) dois anos de exercício; a aquisição confere o direito de não mais perder o cargo durante toda sua vida.</p> <p>(B) três anos de exercício; a aquisição confere o direito de a perda do cargo ocorrer somente em virtude de sentença judicial transitada em julgado.</p> <p>(C) dois anos de exercício; durante o biênio, a perda do cargo pode ocorrer em virtude das mesmas causas relativas ao servidor público comum.</p> <p>(D) três anos de exercício; durante o triênio, a perda do cargo pode ocorrer em virtude das mesmas causas relativas ao servidor público comum.</p> <p>(E) dois anos de exercício; a aquisição confere o direito de a perda do cargo ocorrer somente em virtude de sentença judicial transitada em julgado.</p>	<p>42. Observe as proposições abaixo.</p> <p>I. O credor de coisa certa pode ser obrigado a receber outra, ainda que mais valiosa.</p> <p>II. Na obrigação de fazer, o credor é obrigado a aceitar de terceiro a prestação, mesmo quando for convencionado que o devedor a faça pessoalmente.</p> <p>III. Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do fato, que se obrigou a não praticar.</p> <p>Das proposições SOMENTE</p> <p>(A) II está correta.</p> <p>(B) III está correta.</p> <p>(C) I e II estão corretas.</p> <p>(D) I e III estão corretas.</p> <p>(E) II e III estão corretas.</p>
<p>39. O Presidente da República pretende exonerar, antes do término do mandato, o Procurador-Geral da República. A aprovação prévia dessa exoneração é ato da competência privativa</p> <p>(A) da Câmara dos Deputados.</p> <p>(B) do Senado Federal.</p> <p>(C) do Congresso Nacional.</p> <p>(D) do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) do Superior Tribunal de Justiça.</p>	<p>43. Nos contratos de compra e venda, até o momento da tradição, os riscos</p> <p>(A) do preço correm por conta do vendedor e do devedor, proporcionalmente.</p> <p>(B) da coisa correm por conta do vendedor e do devedor, proporcionalmente.</p> <p>(C) da coisa correm por conta do devedor.</p> <p>(D) da coisa correm por conta do vendedor.</p> <p>(E) do preço correm por conta do devedor.</p>
<p>40. As ações de manutenção e as de esbulho possessório, considerada a data da turbação e do esbulho, serão</p> <p>(A) sumárias, quando intentadas dentro em cento e oitenta dias.</p> <p>(B) ordinárias, quando intentadas dentro em cento e oitenta dias.</p> <p>(C) cautelares, quando intentadas dentro em um ano e dia.</p> <p>(D) ordinárias, quando intentadas dentro em um ano e dia.</p> <p>(E) sumárias, quando intentadas dentro em um ano e dia da turbação ou esbulho, e têm procedimento especial.</p>	<p>44. Quanto ao mandato diz-se que</p> <p>(A) só pode ser expresso ou tácito.</p> <p>(B) não pode o mandante ratificar ou impugnar os atos praticados em seu nome sem poderes suficientes.</p> <p>(C) não se admite mandato verbal para os atos que exigem instrumento particular.</p> <p>(D) o poder de transigir importa o de firmar compromisso.</p> <p>(E) pode ser geral a todos os do mandante.</p>

<p>45. Quanto às regras do pagamento previstas no Código Civil, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) se o pagamento consistir na tradição de bem imóvel, ou em prestações relativas a imóvel, far-se-á no lugar onde este se acha.</p> <p>(B) o pagamento deve ser feito ao credor ou a quem de direito o represente, sob pena de só valer depois de por ele ratificado.</p> <p>(C) o devedor, que paga, tem direito a quitação regular, e pode reter o pagamento, enquanto lhe não for dada.</p> <p>(D) de regra, a entrega do título ao devedor firma a presunção do pagamento.</p> <p>(E) se o credor mudar de domicílio ou morrer, deixando herdeiros em lugares diferentes, correrá por conta do devedor a despesa acrescida.</p>	<p>48. Sou contador e, eventualmente, faço corretagem de imóveis, sem, contudo, possuir registro no respectivo órgão profissional; resido em cidade pequena, onde não existe engenheiro; tomei conhecimento de minha nomeação, pelo juiz, para proceder à avaliação de um imóvel situado na mesma rua em que moro. Nesse caso, a nomeação é</p> <p>(A) irregular e pode ser impugnada porque não tenho inscrição no órgão profissional.</p> <p>(B) válida, mas posso escusar-me do encargo se apresentar motivo legítimo.</p> <p>(C) irregular e pode ser impugnada, pois só engenheiro, devidamente inscrito no órgão profissional, deve realizar a perícia; na falta ou impedimento deste, a nomeação recairá em engenheiro da cidade mais próxima.</p> <p>(D) válida e devo aceitá-la, sendo vedada a recusa do encargo por se tratar de "<i>munus publicum</i>".</p> <p>(E) válida e devo realizar a perícia no prazo máximo de trinta dias, sob pena de desobediência.</p>
<p>46. Tício vendeu a Mévio, éguas para reprodução de cavalos "quarto de milha", porém estéreis. Diante do vício existente, é INCORRETO afirmar que se</p> <p>(A) os animais tivessem sido vendidos em hasta pública, não caberia a ação redibitória, nem a de pedir abatimento.</p> <p>(B) desconhecido o vício, pelo alienante, este tão-somente restituirá o valor recebido, mais os valores do contrato.</p> <p>(C) conhecido o vício, pelo alienante, este restituirá o que recebeu com perdas e danos.</p> <p>(D) tratando de animais recebidos em virtude de contrato comutativo, não podem ser eles enfeitados por vícios ou defeitos ocultos de qualquer natureza.</p> <p>(E) em vez de rejeitar os animais, redibindo o contrato, pode o adquirente reclamar o abatimento do preço.</p>	<p>49. Processam-se durante as férias e não se suspendem pela superveniência delas, as causas relacionadas</p> <p>(A) ao direito de família.</p> <p>(B) às ações de cobrança em geral.</p> <p>(C) à produção de provas.</p> <p>(D) à parceria agrícola.</p> <p>(E) aos procedimentos de jurisdição voluntária, bem como aos atos necessários à conservação de direito.</p>
<p>47. Incumbe ao oficial de justiça, entre outras atribuições,</p> <p>(A) estar presente às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem.</p> <p>(B) executar os mandados e dar certidão do ocorrido, colhendo, obrigatoriamente, a "ciência", por escrito, da parte interessada.</p> <p>(C) juntar o mandado aos autos, no prazo máximo de 48 horas depois de cumprido.</p> <p>(D) executar as ordens de juízes, dos serventuários de justiça e dos representantes do Ministério Público aos quais esteja adstrito.</p> <p>(E) fazer pessoalmente as citações e prisões, sempre na presença de duas testemunhas.</p>	<p>50. No que concerne às citações, cumpre ao oficial de justiça atentar que não se fará ela</p> <p>(A) a qualquer parente do morto, no dia do falecimento e nos sete dias seguintes.</p> <p>(B) aos noivos, nos sete primeiros dias de bodas.</p> <p>(C) quando verificar que o réu é demente.</p> <p>(D) durante as férias e aos comprovadamente doentes.</p> <p>(E) no período das 6 às 21 horas, e, em hipótese alguma, nos domingos e feriados.</p> <p>51. Considere as proposições que seguem, relativas à matéria de competência.</p> <p>I. Compete à autoridade brasileira, com exclusão de qualquer outra, proceder a inventário e partilha de bens, situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja estrangeiro e tenha residido fora do território nacional.</p> <p>II. Apenas para as causas em que a União for autora ou ré, é competente o foro da Capital do Estado.</p> <p>III. A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre móveis serão sempre propostas no foro do domicílio do réu.</p> <p>IV. É competente o foro do domicílio ou da residência do alimentando (autor), para a ação em que se pedem alimentos.</p> <p>Estão corretas SOMENTE</p> <p>(A) I e III</p> <p>(B) I e IV</p> <p>(C) II e III</p> <p>(D) I, II e IV</p> <p>(E) II, III e IV</p>

<p>52. De acordo com a lei processual civil e no que se refere aos efeitos da sentença, diz-se que a coisa julgada compreende</p> <p>(A) os fatos expressamente constantes do relatório da sentença.</p> <p>(B) a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.</p> <p>(C) os motivos, desde que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.</p> <p>(D) a apreciação de questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.</p> <p>(E) a resolução da questão prejudicial, se a parte o requerer, o juiz for competente e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.</p>	<p>56. Em relação à decadência, é correto afirmar que</p> <p>(A) é causa extintiva de punibilidade, gerando ao ofendido a perda do direito de ação penal ou de representação.</p> <p>(B) só atinge a ação penal subsidiária.</p> <p>(C) seu prazo admite interrupção ou suspensão, podendo ser prorrogado a critério do juiz.</p> <p>(D) tem, por marco inicial, a data do crime.</p> <p>(E) seu prazo é de seis meses e não admite exceções.</p>
<p>53. Diz-se dos recursos que</p> <p>(A) quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.</p> <p>(B) a apelação será recebida no efeito apenas devolutivo, quando julgar o pedido de instituição de arbitragem.</p> <p>(C) na sistemática processual vigente, interposto o agravo, o juiz não poderá mais revogar a decisão agravada.</p> <p>(D) não se conhecerá do agravo na modalidade retido, se a parte, nas alegações finais, não o ratificar expressamente.</p> <p>(E) os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.</p>	<p>57. A intimação da sentença será feita</p> <p>(A) apenas ao defensor constituído do réu, se estiver preso.</p> <p>(B) ao defensor constituído, mediante edital, se este e o réu não forem encontrados e assim o certificar o oficial de justiça.</p> <p>(C) ao réu, pessoalmente, ou ao defensor por ele constituído, quando se livrar solto.</p> <p>(D) mediante edital, com prazo de trinta dias, se o réu, for revel, no crimes afiançáveis.</p> <p>(E) mediante edital, com prazo de trinta dias, ao réu com defensor constituído, que não for encontrado e assim o certificar o escrivão.</p>
<p>54. A ação penal privada subsidiária, intentada por meio de queixa supletiva,</p> <p>(A) poderá ser admitida para inclusão de indiciado omitido pela denúncia.</p> <p>(B) será admitida apenas nos crimes de ação penal privada.</p> <p>(C) terá cabimento, a critério do ofendido ou seu representante, sempre que houver arquivamento de inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do Promotor de Justiça.</p> <p>(D) poderá ser repudiada pelo Ministério Público que oferecerá denúncia substitutiva.</p> <p>(E) não será admitida após o prazo decadencial de cento e vinte dias, contados da prática do crime.</p>	<p>58. Observe as proposições abaixo.</p> <p>I. Se o <i>habeas corpus</i> for concedido em virtude de nulidade do processo, este não poderá ser renovado.</p> <p>II. O <i>habeas corpus</i> poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público.</p> <p>III. Interposto o <i>habeas corpus</i>, se o juiz verificar que já cessou a violência ou coação ilegal, julgará prejudicado o pedido.</p> <p>Está correto o que se afirmou SOMENTE em</p> <p>(A) I</p> <p>(B) III</p> <p>(C) I e II</p> <p>(D) I e III</p> <p>(E) II e III</p>
<p>55. Em se tratando de processo criminal, a nomeação de Curador é obrigatória ao indiciado e ao réu menor de 21 anos e maior de 18 anos de idade,</p> <p>(A) salvo se for emancipado.</p> <p>(B) ainda que emancipado.</p> <p>(C) apenas nos crimes apenados com reclusão.</p> <p>(D) apenas quando não tiver defensor constituído.</p> <p>(E) somente quando preso temporariamente ou em flagrante.</p>	<p>59. De acordo com a lei processual penal, e sem prejuízo de outras providências urgentes e da decretação da prisão preventiva, nos casos em que é admitida, o juiz decretará a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, quando o acusado, citado</p> <p>(A) ou intimado pessoalmente, não tiver advogado constituído.</p> <p>(B) ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado.</p> <p>(C) por edital, não comparecer, nem constituir advogado.</p> <p>(D) por edital, comparecer sem advogado.</p> <p>(E) por carta precatória, deixar de comparecer ao ato processual, ainda que nele se faça representar por seu advogado constituído.</p> <p>60. A competência para processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, é</p> <p>(A) das respectivas Assembléias Legislativas.</p> <p>(B) dos Tribunais de Justiça dos Estados e Distrito Federal.</p> <p>(C) dos respectivos Tribunais Regionais Federais.</p> <p>(D) do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) do Supremo Tribunal Federal.</p>